

Para além da inclusão digital

poder comunicacional e novas assimetrias

Sérgio Amadeu da Silveira

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVEIRA, SA. Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias. In: BONILLA, MHS., and PRETTO, NDL., orgs. *Inclusão digital: polêmica contemporânea* [online]. Salvador: EDUFBA, 2011, pp. 49-59. ISBN 978-85-232-1206-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Sérgio Amadeu da Silveira

PARA ALÉM DA INCLUSÃO DIGITAL: PODER COMUNICACIONAL E NOVAS ASSIMETRIAS

A emergência da sociedade da informação recolocou o debate sobre o potencial das tecnologias para ampliar o desenvolvimento, reduzir os níveis de pobreza, aumentar a liberdade dos indivíduos e aprimorar a democracia. Tecnofóbicos, logo, buscaram mostrar o outro lado do processo, argumentando que as redes poderiam isolar as pessoas, esvaziar ações coletivas e radicalizar os grupos políticos. Realistas, buscando aparentar maiores cuidados, retomaram o debate sobre o papel das tecnologias na sociedade, indicando que em si elas são ambíguas e incapazes de mudar as mentalidades. Tecnoutópicos viram nos computadores conectados a possibilidade de distribuir o poder da informação entre as pessoas, acreditando que os usos das tecnologias poderiam ampliar a autonomia dos indivíduos e das sociedades.

Em paralelo aos debates acadêmicos e entre ativistas políticos, as grandes corporações perceberam a chance de crescer seu mercado consumidor potencial, lançando aos governos o discurso da necessidade de combate à brecha digital (digital divide), que separava as sociedades ricas e conectadas das pobres e distantes dos benefícios da Era da Informação. No Brasil, a expressão “exclusão digital” passou a caracterizar o fenômeno das barreiras socioeconômicas, colocadas diante da maioria da população, para uso das tecnologias da informação, desde o final dos anos 1990. Foi também no Brasil que se denunciou a ideia de inclusão digital apenas como consumo de tecnologias. Por isso, o debate brasileiro sobre a inclusão digital trazia a discussão sobre a autonomia da sociedade, da apropriação das tecnologias e da ampliação da diversidade cultural, e assim a maioria dos pro-

gramas e projetos de inclusão trouxeram a perspectiva do software livre. O foco na cidadania e não somente na profissionalização ou na modernização gerencial esteve muito presente no cenário do denominado “combate à exclusão digital” brasileira.

Com a chegada de Lula ao governo federal, os programas de inclusão digital se multiplicaram na esfera federal, principalmente projetos de abertura e manutenção de telecentros, locais de acesso gratuito à internet. Dois fenômenos importantes ocorreram a partir de 2003. O primeiro foi o projeto de política digital no Ministério da Cultura e a proposta de digitalização dos Pontos de Cultura, que eram constituídos por movimentos e grupos de artistas e produtores culturais que passaram a receber recursos do governo como apoio às suas atividades. Isso trouxe novos atores populares e ativistas para o debate do uso das tecnologias de informação pelas comunidades. O segundo teve na dificuldade de organização e implementação consistente de uma política pública de inclusão digital pelas esferas estatais o principal incentivo para a explosão das lan houses, centros de acesso pago à internet, mantidos por micro e pequenos empresários nas áreas periféricas. Em 2006, as lan houses tornaram-se o principal local de acesso do brasileiro das classes D/E, ou seja, 33,97 % deste segmento social usavam as lan houses para navegar na rede, sendo a escola o seu segundo local de acesso, com 30,02% dos seus integrantes.

No final da primeira década do século XXI, devido à política distributiva desenvolvida pelo governo Lula, o país viveu o crescimento da classe média baixa, a redução da pobreza e das desigualdades sociais, embora em níveis ainda distantes do padrão europeu. Nesse cenário, o impacto da redução de impostos para os computadores e o incentivo a sua compra parcelada levou o computador à condição de aparelho eletroeletrônico mais vendido no país. Aproveitando a popularização da internet, algumas cidades passaram a oferecer o sinal de internet por rádio, gratuitamente, para seus municípios, o que passou a compor um novo cenário de ampliação do acesso à internet, passando a ser denominadas de cidades digitais.

Os agentes mais relevantes da chamada política de inclusão digital podiam ser relatados como: os telecentros públicos, estatais e comunitários, os pontos de cultura digital, as escolas conectadas, o reconhecimento das lan houses como atividades de microempreendedorismo que gerava inclusão, cidades digitais com

nuvens wireless conectando seus moradores, os programas de financiamento de computadores para as camadas médias e pauperizadas da sociedade. Todos eles se concentravam na garantia de conexão para as pessoas em seus territórios. E o crescimento da conectividade alertou a sociedade para o gargalo da infraestrutura de telecomunicações, a ausência da banda larga em enormes áreas do território nacional.

Percebendo o fracasso do mercado em assegurar a infraestrutura básica de banda larga onde não havia renda suficiente para remunerar o modelo de negócios nascido do programa brasileiro de privatizações, o presidente Lula lança, em 2009, o seu Plano Nacional de Banda Larga. Imediatamente as operadoras de telefonia passaram a atuar para bloquear qualquer tentativa do Estado de atuar diretamente na oferta de conexão, ou até mesmo de implementação de controles mais rígidos de preço e qualidade. Acusadas de ineptas na construção desta infraestrutura, as operadoras voltaram sua carga para reverter o plano iniciado por Lula em um plano de ampliação dos benefícios econômicos para sua atividade.

Entre 2000 e 2010, as políticas e iniciativas de inclusão digital no país foram diversas, algumas eficazes e outras pouco impactantes, mas durante toda essa década, apesar de inúmeros esforços, o Estado não conseguiu organizar uma política pública coerente e minimamente articulada que possa ser comparável ao Sistema Único de Saúde ou à Política Educacional. É perceptível que os líderes políticos e gestores públicos têm grande dificuldade de entender a importância da inserção do conjunto das camadas sociais na comunicação em rede para romper o processo de reprodução da miséria. Todavia, aqui não serão avaliadas as políticas da chamada inclusão digital. Neste texto, será trabalhado menos a revisão do conceito de inclusão digital e mais a descrição do debate teórico sobre os processos comunicacionais em rede para a cidadania, com destaque para os temas do poder comunicacional e da liberdade de expressão e ação em rede.

CASTELLS E O PODER COMUNICACIONAL

Manuel Castells (2009) sustenta que os meios de comunicação tornaram-se o espaço social onde o poder é decidido. Todavia, antes das redes informacionais, essa afirmação só poderia ser considerada verdadeira em países democráticos, ou seja, em locais onde a opinião pública poderia se formar a partir das disputas

simbólicas entre as diversas forças políticas na imprensa, nas rádios e na TV. Na Coreia do Norte e na China, as redes centralizadas de comunicação de massa não permitiam o debate livre sobre os rumos do poder. Com o advento da comunicação distribuída em redes digitais, mesmo em países ditatoriais, se conformam espaços de diálogos horizontais entre grupos e indivíduos conectados. Independente da comunicação em rede estar sob os olhares dos ditadores e submetida ao rastreamento promovido pelas polícias políticas e antiterror, o bloqueio das articulações e dos movimentos de opinião é muito mais difícil do que em um cenário pré-internet. Essa afirmação foi confirmada nos protestos iniciados nos países árabes no final de 2010 e início de 2011. A denominada Revolução de Lótus, no Egito, teve seu início articulado pela rede, culminando com um conjunto de protestos e atos de desobediência civil. A primeira manifestação convocada pela rede aconteceu em 25 de janeiro de 2011 e desencadeou uma onda de atos públicos que culminou com a queda do ditador Hosni Mubarak.

Se de fato os meios de comunicação são essenciais para a manutenção ou mudança nas estratégias do poder, a inclusão dos segmentos mais pauperizados no uso das redes digitais tenderá a tornar as disputas políticas mais complexas e diversificadas. A hipótese de Castells baseia-se na importância derradeira da interação entre comunicação e relações de poder no contexto tecnológico que caracteriza a sociedade em rede. Dela podemos extrair a perspectiva de que a interatividade em redes distribuídas muda as exigências, as ferramentas e o cenário das disputas, uma vez que o espaço social dos conflitos é cada vez mais aberto e visível a todos os indivíduos conectados. Nesse sentido, pode-se dizer que a inclusão digital autônoma do conjunto das localidades de um país é uma exigência atual da democracia política, bem como do ideal deliberacionista.

O poder comunicacional hoje é, cada vez mais, realizado pelo acesso e uso pleno das tecnologias da informação. A expressão “poder comunicacional” pode ser empregada para definir o grau de autonomia que um indivíduo ou coletivo possui para obter informações e para disseminar conteúdos independentemente da vontade de outros indivíduos e coletivos. É preciso realçar que o poder comunicacional sempre é relacional, e deve ser entendido como posições historicamente adquiridas que permitem uma maior ou menor capacidade de empregar estratégias de poder a partir dos arranjos comunicativos. Castells (2009) procurou demonstrar a ligação direta entre a política, a política de mídia, a política

do escândalo e da crise de legitimidade política em uma perspectiva global. Tais fenômenos só podem ser razoavelmente interpretados se a análise incorporar sua relação com as redes horizontais de interação que têm induzido o surgimento de novas formas de comunicação e reforçado a auto-comunicação e auto-organização de massa.

A abordagem de Manuel Castells sobre a comunicação em uma sociedade em rede globalizada permite "diferenciar quatro formas de poder distintas: poder de conectar em rede (*networking power*); poder da rede (*network power*); poder em rede (*networked power*); e poder para criar redes (*network-making power*)." (CASTELLS, 2009, p. 72) Entre todas estas formas de poder, a mais importante e crucial é a capacidade para criar redes (*network-making power*), de descobrir novas lógicas envolventes e que atraiam indivíduos e coletivos em suas teias. Para Castells (2009), nas sociedades em rede, o exercício do controle sobre os outros se realiza por meio de dois mecanismos básicos: a capacidade de constituir e de reprogramar as redes segundo os seus interesses e finalidades; e a capacidade para conectar diferentes redes e assegurar sua cooperação estratégica.

Aqui é preciso continuar a reflexão em dois sentidos: o da relação do poder comunicacional com a conectividade, de um lado, e do poder comunicacional com o grau de autonomia tecnológica, de outro. O poder de conectar em rede ou de bloquear e impedir que grupos sociais tenham acesso à rede requalifica a ideia de inclusão digital, que passa a ganhar uma dimensão principalmente democrática. Ao deixar extensas regiões sem conexão ou sem assegurar o direito dos segmentos pauperizados ao uso da comunicação em redes digitais, o Estado e seus grupos hegemônicos deixam milhares e até milhões de pessoas sem a possibilidade de obter mais poder a partir do desenvolvimento da capacidade de criar redes, articulações e interações com vistas à defesa ou à ampliação de seus interesses.

Para que os movimentos sociais sejam capazes de intervir mais decisivamente no espaço de comunicação, precisam aumentar sua capacidade de criar redes, portanto, precisam também elevar seu grau de autonomia tecnológica, de usar, recriar novos usos, recombinações tecnológicas e criar soluções informacionais para atender suas necessidades. Isso por que há uma grande assimetria na capacidade de usar as redes digitais, entendida aqui como meio e fonte de poder, como base para a articulação das outras redes culturais, sociais e políticas. Aqui é possível

retornar Castells e lembrar que, em sua visão, a mídia corporativa e as instituições políticas convencionais também têm investido nesse espaço de comunicação. Como resultado desses processos, os meios de comunicação de massa e as redes de comunicação horizontais se tornam convergentes. A consequência disso é uma mudança histórica na esfera pública que passa a alargar enormemente o seu espaço de comunicação.

POR QUE O DEBATE SOBRE A INFRAESTRUTURA É ESTRATÉGICO

Dromocracia é o poder da velocidade, uma temática tratada de modo exaustivo pelo pensador Paul Virilio (1996a, 1996b). Ele considera que as tecnologias transformam o espaço geográfico em todas as escalas e alteram as relações entre indivíduos e natureza. A tecnização do território foi produzida pela inovação constante operada por motores a vapor, a explosão, o elétrico, o foguete e a informática. Em cada inovação, a velocidade foi sendo alterada e com ela a forma de perceber e até de conceber o mundo. O poder não pode existir em ritmo lento, a velocidade é o seu componente.

Se observarmos as relações econômicas, sociais e políticas podemos notar a crescente exigência da velocidade em seu contexto. Pode-se afirmar que a sociedade em rede é uma sociedade que exige a dromoaptidão, ou seja, a capacidade dos indivíduos atuarem em velocidades crescentes. As redes digitais são pensadas para suportarem aplicações e plataformas que exigem o processamento e a transferência de dados em velocidades sempre maiores. A velocidade de conexão, de processamento, de acesso aos dados armazenados constitui fontes de poder nas redes, econômico, político e até mesmo de influência cultural.

Redes mais velozes são preferidas às redes lentas. Não há nenhum sentido em buscar o contrário. Por isso, a velocidade da conexão é um elemento crucial nos processos de inclusão digital. Conectar uma localidade à internet é um passo importante, mas se o acesso for em banda estreita, dificilmente aquela comunidade poderá acessar recursos tecnológicos que dependem de uma alta transferência de dados por segundo. As distintas taxas de velocidade de conexão são um dos principais componentes das assimetrias entre os chamados incluídos digitais.

Um download de um DVD com 4GB leva em banda estreita de 56 kbps, aproximadamente, 1 semana. O mesmo DVD demora em média 4 horas e 30

minutos para ser completamente baixado com um conexão de 2 Megabits. Com uma conexão de 100 Megabits, implantada hoje na Coreia e Finlândia, entre outros países, pode ocorrer em apenas 5 minutos. As diferenças de usos da rede com conexão lenta das de conexão veloz são muito grandes. Na primeira, o uso de multimídia fica demasiadamente comprometido.

A infraestrutura de conectividade pode gerar desigualdades de oportunidade no uso da rede. É perceptível que atualmente não basta conectar os cidadãos, sendo necessário conectá-los em velocidades compatíveis com o desenvolvimento das aplicações, sistemas e soluções na rede. Desconsiderar tal proposição pode gerar políticas de inclusão assimétricas, que consolidam o poder na rede e o poder de criar redes daqueles que são mais velozes, que possuem mais capital ou mais poder político. Em um certo sentido, essa inclusão assimétrica cria cidadãos conectados de categorias distintas no uso da rede.

NEUTRALIDADE DA REDE E CONTROLE DA CRIATIVIDADE

A internet é uma rede cibernética, ou seja, de comunicação e controle. Ela pode ser definida também como uma rede de redes, formada por um arranjo comunicacional baseado em protocolos abertos que permitem a distribuição de informações digitalizadas. Tais protocolos são agrupados em camadas, sendo cada uma delas responsável por um grupo de tarefas. As camadas de enlace, rede, transporte e aplicação podem ser chamadas de camadas lógicas, pois elas organizam os protocolos sobre o fluxo de informações, sobre os elementos imateriais da rede. Já a camada física da internet é aquela que trata de como os bits são transformados em sinais eletromagnéticos e transportados por conectores, cabos e fibras.

A camada física é administrada no mundo por poucas grandes corporações de telecomunicações que constituem um dos mais lucrativos segmentos econômicos oligopolizados da atualidade. O crescente uso das redes digitais implicou no maior fluxo de informações passando pelas redes físicas desses oligopólios. Recentemente, tais corporações perceberam que possuem um poder descomunal sobre a internet, pois a rede das redes depende de sua infraestrutura. Simultaneamente, diversos setores da sociedade passaram a enxergar o poder descomunal

que este segmento adquiriu sobre o conjunto da comunicação digital. Quem controla a infraestrutura física da rede pode controlar o fluxo digital da rede.

A internet se alastrou pelo planeta embalada pelo princípio da neutralidade da rede. O que esse princípio de operação da rede significa? Que uma camada deve ser neutra em relação ao funcionamento da outra. Isso quer dizer que quem controla a camada física não pode controlar o que é feito nas camadas lógicas da rede. Na internet, as informações são transformadas em pacotes de dados conforme os protocolos de comunicação. Assim, um e-mail, um vídeo, uma página da web, e todos os demais objetos virtuais transferidos pela internet são transformadas em pacotes de dados que possuem um cabeçalho contendo a origem, o destino e o tipo de aplicação, permitindo que sejam enviados para o seu destino e remontados nos computadores das pessoas. O princípio da neutralidade da rede assegurou até então que nenhum pacote pudesse ser bloqueado por uma operadora de telefonia devido ao seu IP de destino ou por causa de seu tipo de aplicação.

Em 2007, Free Press denunciou a Comcast Corporation, maior operadora de televisão a cabo e segundo maior fornecedor de infraestrutura de banda larga dos EUA, por interromper ou dificultar o acesso ao BitTorrent (P2P), uma das aplicações mais utilizadas na internet. Em 2008, a Federal Communications Commission (FCC) avaliou que a Comcast deveria ser punida por, secretamente, intervir no funcionamento de aplicativos da internet em sua rede ao interromper ou dificultar o acesso dos usuários ao BitTorrent. Em 2010, a Justiça norte-americana dá ganho de causa a Comcast afirmando que a FCC não tem autoridade para impedir que a corporação regule o tráfego peer-to-peer em nome do gerenciamento de rede. Tal decisão quebrou o princípio da neutralidade da rede ao permitir que a operadora pudesse fazer com que alguns pacotes de dados tivessem sua velocidade reduzida e até pudessem ser paralisados e destruídos em sua rede física.

A violação da neutralidade da rede coloca em risco a inovação e a grande criatividade na rede. Seria praticamente impossível criar um YouTube ou mesmo o protocolo BitTorrent, caso, no início da internet, as operadoras de telecom pudessem filtrar o tráfego ou decidir bloquear pacotes de dados de protocolos ou aplicações desconhecidas ou não autorizadas por sua política comercial. A abertura para a inovação, sem a necessidade de autorização de governos ou corporações,

é destruída quando o controlador da infraestrutura tem o poder de dizer o que pode ou não pode passar por sua rede.

Outro ponto essencial é que a quebra da neutralidade da rede pode interferir na inclusão digital autônoma de localidades e países. As corporações de telecom passam a ter o poder comunicacional de impedir que tais regiões criem novos conteúdos, formatos e tecnologias sem a sua autorização, sem um acordo prévio, uma vez que possuem o poder de conexão acima dos interesses das populações e Estados nacionais. O fim da neutralidade implica na ampliação das assimetrias na sociedade informacional.

CIDADANIA NAS REDES DIGITAIS E AS TRÊS LIBERDADES BÁSICAS

David Ugarte (2008, p. 26), em seu texto *O Poder das redes*, considera que as tentativas de controle no cenário informacional são ineficazes, uma vez que em uma rede distribuída, "por definição, ninguém depende exclusivamente de ninguém para poder levar a qualquer outro sua mensagem. Não há filtros únicos". Para reforçar o argumento, utiliza a perspectiva de Alexander Bard e Jan Söderqvist, que definem uma rede distribuída como aquela em que "todo ator individual decide sobre si mesmo, mas carece da capacidade e da oportunidade para decidir sobre qualquer dos demais atores." (UGARTE, 2008, p. 26) Como vimos, isso só poderá ser verdadeiro em duas situações: a da existência da neutralidade da rede ou pela ação de "hacking" dos filtros no fluxo de dados praticado pelas operadoras de telecom.

O objetivo das grandes operadoras de telecom e da indústria do copyright é transformar a internet em uma "grande rede de TV a cabo", ou seja, reduzir a sua interatividade, filtrar os fluxos de informação, impedir o compartilhamento livre de arquivos digitais. Com o discurso falacioso de melhorar o funcionamento da rede, tal objetivo é também diminuir o aumento do poder comunicacional dos indivíduos e coletivos que usam a rede para ampliar a articulação das pessoas em torno de suas causas, sejam elas quais forem. Um bom exemplo veio da Espanha. Milhares de jovens, convocados pela internet, dirigiram-se às praças espanholas no dia 15 de maio de 2011. Nenhum partido ou grande instituição os convocou, nenhum grande jornal, muito menos teve apoio do governo ou da igreja. Eles

usavam nas redes sociais as hashtags #spanishrevolution e #DemocraciaRealYa que, entre outras, incomodaram profundamente os segmentos reacionários de todos os partidos conservadores, incluindo os velhos socialistas do PSOE. A plataforma de reivindicações, as palavras de ordem, os slogans, eram discutidos nas redes digitais e nas ruas.

Com a inclusão cada vez maior das regiões e dos segmentos sociais mais pauperizados, os conservadores em geral e especificamente das indústrias do copyright e de telecom querem reduzir o nível de liberdade conquistado com a expansão da internet. Querem a inclusão digital sem autonomia, querem novos internautas com menos poder comunicacional, querem interatividade controlada, querem a rede sem as suas três liberdades fundamentais que a fizeram ser considerada direito humano básico pela ONU.

Quais as três liberdades essenciais da internet? A liberdade de criação de novos conteúdos, de novas tecnologias e de navegação sem centros de passagem obrigatórios. Tais liberdades é que tornam a internet uma obra aberta e em expansão. A qualquer momento um jovem africano, sul-americano, asiático ou de qualquer parte do planeta pode criar um novo formato, protocolo, padrão ou aplicativo que poderá revolucionar a internet. Isso não é mais tolerado pelas grandes corporações do copyright, que vivem o pesadelo do Napster, do Gnutella, do BitTorrent, ou mesmo pelas operadoras de telefonia, que viram sua lucratividade despencar com a popularização da Voz sobre IP. Esses senhores querem restabelecer a ordem do mundo industrial na sociedade da informação. Querem internalizar a criatividade em suas corporações para que ela não “canibalize” seus produtos, muito menos inviabilize seus modelos de negócios.

Até este momento, qualquer um pode criar ou inventar algum novo formato ou alguma nova tecnologia sem ter que pedir autorização para nenhum governo ou grande grupo econômico. Esse poder “da garagem”, dos coletivos de *software* livre, dos *hackers*, é que está sendo combatido e com ele a ideia de uma rede plenamente aberta à criação e à inventividade. Se esses grupos do mundo industrial vencerem os embates que hora se trava pelo futuro da internet, certamente teremos uma rede com menor possibilidade para a ampliação da cidadania e menor diversidade cultural e tecnológica. Entretanto, os ciberativistas e suas conexões rebeldes são confiantes em seu poder de hipertrofiar as corporações da

intermediação e continuar mantendo a rede das redes com sua arquitetura distribuída, aberta e baseada na neutralidade de suas camadas de protocolos.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. *Comunicación y poder*. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

UGARTE, David. *O poder das redes*. Porto Alegre: PUC-RS, 2008.

VIRILIO, Paul. *A arte do motor*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996a.

_____. *Velocidade e política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996b.